

A FORMAÇÃO HUMANA E AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR: CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Alessandra Aparecida Berton Rodrigues¹

RESUMO

Diversas sociedades vivem em uma espécie de guerra constante, com as desigualdades afloradas e imperando uma nova lei do valor, por meio do abandono da educação, da pedagogia da exclusão e da propagação de formas perversas de sociabilidade e, considerando que a formação acadêmica em nível superior deve oferecer instrumentos e mediar às atividades de docentes e discentes para com a sociedade, na qual se enquadram, a educação ocupa então, um papel importante para que essa interação ocorra de maneira correta, justa e consciente, fazendo-se importante a formação humana e ambiental, assim, a pesquisa poderá contribuir para suscitar reflexões sobre a formação do administrador e, diante dos desafios sociais e ambientais atuais, faz-se necessário provocar reflexões, sobre a necessidade de perceber as responsabilidades e necessidades que exerce para a construção de uma cidadania democrática e consciente. Nesse contexto, propõe-se o seguinte questionamento: “Qual a representação social dos docentes sobre sua formação humana e socioambiental no Curso de Administração?” E, para que esta problemática consiga ser respondida, tem-se como objetivo geral identificar e analisar como se dá a formação humana e socioambiental do administrador no curso de Administração sob o enfoque dos docentes.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Humana e Ambiental, Ensino Superior, Administração.

HUMAN AND ENVIRONMENTAL TRAINING IN HIGHER EDUCATION: ADMINISTRATION COURSE

ABSTRACT

Different societies live in a kind of constant war, with the reigning touched inequalities and a new law of value, through the abandonment of education, pedagogy of exclusion and the spread of perverse forms of sociability and considering that education level higher must provide tools and mediate the activities of teachers and students to the society in which fall, education occupies then, an important role for this interaction to occur properly, fairly and conscientiously, making it important to human development and environmental, as well, the research could help create reflections on the administrator's training and, before the current social and environmental challenges, it is necessary to provoke reflection on the need to understand the responsibilities and needs exercises for building a democratic and conscious citizenship. In this context, we propose the following question: "What is the social representation of teachers on their human and environmental training in the Administration Course" And so that this

¹ Graduada em Administração com Habilitação em Comércio Exterior, Especialista em Gestão Estratégica de Marketing, estudante do Programa de Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, coordenadora e professora no curso de Administração da Faculdade CNEC Campo Largo. E mail: alebertonrodrigues@gmail.com.

problem can be answered, has as main objective to identify and analyze how gives the administrator human and environmental coursework of Directors under the focus of teachers.

KEY-WORDS: Human and Environmental Education, Higher Education, Administration.

1 INTRODUÇÃO

Diversas sociedades vivem em uma espécie de guerra constante, com as desigualdades afloradas e imperando uma nova lei do valor, por meio do abandono da educação, da pedagogia da exclusão e da propagação de formas perversas de sociabilidade, na qual, por exemplo, os progressos da medicina e da informação contradizem-se com a alta taxa de mortalidade infantil. Acrescenta-se a isso, os problemas ambientais, os quais não dizem respeito apenas às questões ecológicas e à sustentabilidade, mas sim, às condições de vida do ser humano e aos impactos ambientais que este exerce sobre o meio, mediante o estilo de vida que segue, ocasionando a falta de recursos naturais, as desigualdades sociais, dentre outros. Por meio destes exemplos, verifica-se que a competição está ganhando cada vez mais força na vida de algumas pessoas, cujo objetivo é vencer, ser o primeiro, não importa o que deva ser feito e nem mesmo, o que possa ser destruído, para que a acumulação, o *status* profissional, seja alcançado. O lucro incessante que é buscado pelas empresas, e também, por outros setores da sociedade, chega a transformar alguns homens em “seres robotizados”, não pensantes e deixando de ser atuantes em seu próprio meio, passando a serem regulados pelo dinheiro e pelo consumismo, no qual aspectos sociais importantes foram sendo banidos da sociedade, dando origem a pessoas que valem o quanto rendem, produzem e compram, ou seja, valem o quanto geram de riqueza para o sistema capitalista.

Sendo assim, a presente pesquisa propõe, conforme menciona Leff, (2001, p. 57): “um convite à ação dos cidadãos para participar na produção de suas condições de existência e em seus projetos de vida”, pois, precisamos usar da ciência e do progresso para melhorar o bem-estar das diferentes sociedades, que é a principal razão de existir.

Diante dos desafios sociais e ambientais atuais, faz-se necessário provocar reflexões, sobre a necessidade de perceber as responsabilidades e necessidades que

exerce para a construção de uma cidadania democrática e consciente. Sabe-se que existem inúmeros cursos de graduação no Brasil e, dentre eles, está o curso de Administração de Empresas, o qual é o que mais oferta vagas e se destaca em número de matrículas gerando, conseqüentemente, o maior número de formandos por ano. Nesse contexto, propõe-se o seguinte questionamento:

Qual a representação social dos docentes sobre sua formação humana e socioambiental no Curso de Administração? Para responder este questionamento, definimos como objetivo geral: identificar e analisar como se dá a formação humana e socioambiental do administrador no curso de Administração sob o enfoque dos docentes, por meio da teoria das Representações Sociais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Será utilizada a pesquisa qualitativa que, de acordo com Moreira e Caleffe (2006, p. 73): “explora as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente. O dado é frequentemente verbal e é coletado pela observação, descrição e gravação”. Conforme Moreira e Caleffe (2006, p. 19): “o conhecimento revelado pela pesquisa é inevitavelmente incompleto, mas ele pode e deve levar a uma melhora da qualidade de ensino nas escolas”.

Pretende-se desenvolver instrumentos de pesquisa para aplicar a pesquisa aos docentes de uma instituição de ensino superior privada da região metropolitana de Curitiba – Paraná utilizando-se a entrevista não estruturada com gravação para uma melhor interpretação posterior. A referida instituição faz parte de uma das vinte e duas instituições de ensino superior de um dos maiores grupos educacionais do país. O primeiro curso de ensino superior desta instituição surgiu em dezembro de 1999, iniciando suas atividades acadêmicas no ano 2000. A transformação pela qual passava a região metropolitana de Curitiba gerou um enorme mercado, principalmente no setor empresarial, devido à instalação de empresas no município e, para atender à realidade apresentada, concebeu-se o curso de Administração no ano de 2002, sendo este, o objeto do presente estudo. Atualmente, o curso de Administração desta instituição conta com vinte e dois docentes e aproximadamente, trezentos discentes, divididos em oito períodos. Serão entrevistados todos os docentes do curso para que se possa investigar a representação social que eles possuem sobre sua própria

formação humana e socioambiental, assim como, estes avaliam os conteúdos para uma formação humana e ambiental em cursos de administração.

O método para análise será a análise de conteúdo, pois a mesma é indicada para: “dizer não à ilusão da transparência dos fatos sociais, recusando ou tentando afastar os perigos da compreensão espontânea. É igualmente tornar-se desconfiado relativamente aos pressupostos, lutar contra a evidência do saber subjetivo, destruir a intuição em proveito do construído” (BARDIN, 2011, p. 34).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Para que se possa compreender a formação humana e ambiental em um curso superior de Administração de Empresas faz-se necessário abordar o surgimento do ensino na história brasileira. Verifica-se que o ensino superior era o que mais interessava às autoridades, pois viria a formar a elite que seria responsável pelo poder político e econômico da época, sendo importante citar que, não havia uma prática educacional apropriada para tal fim (RIBEIRO, 2011). No tempo do Império existiam poucas escolas isoladas que eram basicamente destinadas à formação do ensino profissionalizante, ou seja, não existiam as universidades como se vê atualmente, onde o governo federal detinha o controle para o ingresso aos cursos superiores. (PILETTI; PILLETTI, 2013). Com a revolução de 1930 e a criação do Ministério da Educação e Saúde, a educação brasileira começou a articular-se como um sistema, criando-se as universidades e permitindo a formação de professores em nível superior, propiciando ao país a possibilidade de deixar a inferioridade em relação aos demais. No caso brasileiro, a estruturação ocorreu a partir de 1934 com a fundação das Universidades de São Paulo seguida da Universidade do Distrito Federal. (PILETTI; PILETTI, 2013).

A formação superior era tida como a oportunidade de ascensão e mobilidade social, portanto, o desenvolvimento do curso de Administração no Brasil fez-se necessário devido à necessidade da modernização e formação da mão-de-obra destinada às empresas a fim de controlar, analisar e planejar as atividades que estas exigiam tendo ocorrido a passagem de um estágio agrário para a industrialização (COVRE, 1982). A partir de 1945, com o governo de Juscelino Kubitschek, evidenciava-se um projeto desenvolvimentista, por meio da abertura econômica com caráter

internacional e a necessidade mais acentuada, de profissionais que pudessem atuar para que este desenvolvimento de fato ocorresse, o que se comprova, com a proliferação dos cursos de administração para atender a demanda de uma economia capitalista ávida pelo lucro e conseqüentemente, a acumulação de capital. (COVRE, 1982). Nota-se então que, a mudança ocorrida na sociedade brasileira, pautada no desenvolvimento e progresso por intermédio das grandes empresas, motivou a formação dos cursos de Administração. Tem-se também, como fato marcante na história a criação da Fundação Getúlio Vargas, em 1944 com a finalidade de ocupar-se dos estudos da racionalização do trabalho e do preparo das pessoas para a administração pública e privada.

Segundo o presidente Getúlio Vargas, *apud* Covre (1982, p. 85) “o desenvolvimento econômico do Brasil já atingiu o nível em que as práticas empíricas começam a demonstrar claramente a sua insuficiência na vida das empresas, indicando a necessidade de substituí-las pelos modernos métodos de administração”.

O processo da formação do administrador adquiriu uma maior força com a regulamentação da profissão, ocorrida em meados dos anos sessenta, por meio da Lei número 4.769, de setembro de 1965 (COVRE, 1982). Com a criação da Lei número 5540, de 1968 o ensino superior afirmou o contexto de mão-de-obra técnica e de transformações necessárias na política educacional, bem como, a obrigatoriedade do ensino profissionalizante no ensino médio. Fazia-se necessário adequar o ensino superior aos mecanismos de mercado de acordo com o capitalismo internacional, nos quais conceitos como: departamentalização e racionalização invadiram a universidade, fazendo com que a relação com o todo, ficasse ainda mais difícil de entender. Também fica evidenciada a matrícula por disciplina nesta época, ampliando-se também, as instituições que ofertavam o ensino superior privado, ocorrendo assim, uma expansão em quantidade, fortalecendo a Teoria do Capital Humano, provendo o indivíduo para o mercado de trabalho. Neste período destacam-se os sistemas de produção Taylorista e Fordista, baseados no tecnicismo, direcionados ao mercado de trabalho, com especialização de funções, valorizando a necessidade da sociedade e não do indivíduo (RODRIGUES, 2014). Estas informações justificam-se, uma vez que destacam a formação das grandes empresas e a necessidade do capital humano, fazendo com que, outras áreas da administração fossem evidenciadas tais como: *marketing* e finanças, fazendo a interface entre a

escola e o Estado. O final da década de 60 é marcado por grandes transformações no cenário mundial tanto em relação à política, à economia, às empresas, bem como, aos movimentos sociais, dentre eles o movimento ambientalista, o que irá modificar e inserir novas dinâmicas em todas as áreas sociais, incluindo a educação onde os cursos de administração tiveram uma expansão vertiginosa em virtude das instituições privadas provocadas pela reforma universitária. De acordo com o relatório do MEC, SESU (2005), estes cursos enfrentaram e ainda enfrentam problemas sendo um deles, o despreparo dos docentes para tal função, tendo em vista que, a grande maioria, apesar de atuar ativamente no mercado de trabalho não possui uma formação no magistério e não busca o aperfeiçoamento para tal função. Conforme COVRE (1982), a década de 60 caracterizou-se por uma elevada expansão dos cursos de administração no Brasil, incluindo cursos de pós-graduação e até mesmo, de mestrado, ofertados pela Fundação Getúlio Vargas – FGV que veio a tornar-se um centro formador de professores para as demais instituições de ensino. De acordo com a autora, o ensino de administração sempre esteve relacionado ao desenvolvimento do país, no qual se destacam grandes momentos históricos, sendo os principais o governo de Getúlio Vargas e o governo de Juscelino Kubitschek. Pois o primeiro possuía um caráter nacionalista e o segundo, internacionalista focado na abertura econômica. Analisando-se historicamente, é perceptível a mudança da matriz econômica, procedendo de um estilo econômico agrário para uma economia pautada na indústria, vindo a ser confirmado pela instalação de empresas estrangeiras durante as décadas de 60 a 80, perfazendo o que chamaram de milagre econômico (LAYRARGUES, 1998).

Em paralelo aos importantes acontecimentos na década de 60 conforme discorridos anteriormente, em meados de 1968, realiza-se em Roma, a primeira reunião com cientistas de países industrializados com o objetivo de discutir o consumo e as reservas de recursos e o crescimento da população mundial. Já em 1972, a Organização das Nações Unidas realiza também, a Primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano. Sendo que, o Brasil passava pelo período do milagre econômico, corroborando com a ideia de que a poluição era o preço que deveria ser pago para que o progresso ocorresse. Uma das resoluções importantes deste evento foi a decisão de que o cidadão deve ser educado para a solução dos problemas ambientais, atuando diante dos desafios e adquirindo a formação necessária para tal

fim (REIGOTA, 2014). A partir desta Conferência, e das pressões internacionais o Brasil, em 1970, cria-se a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), subordinada ao Ministério dos Transportes, tendo como primeiro secretário o ecólogo e professor da Universidade de São Paulo, Paulo Nogueira Neto. Dando sequência ao processo, em 1981 aprova-se a Política Nacional de Meio Ambiente, e em 1988 pela primeira vez a Constituição Nacional passa a ter um capítulo específico sobre Meio Ambiente, o que irá traduzir-se por uma série de mudanças no cenário nacional, e exigindo de todos os setores sociais, incluindo as empresas, e as indústrias, novas adequações legais.

Deste modo, faz-se necessário a formação de novos profissionais habilitados a tratar destas questões em todas as áreas do conhecimento pois, “considera-se como prioritário, sempre em primeiro lugar, a promoção do desenvolvimento, depois, a atenção ao meio ambiente” (LAYRARGUES, 1998, p. 13). Então, é perceptível a relação existente entre o cidadão e o meio ambiente, pois segundo Reigota (2014, p.36):

O meio ambiente é definido como: um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relação dinâmica e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformações da natureza e da sociedade.

Da mesma forma, Leff (2001, p. 28) ao discutir o desenvolvimento sustentável: “convida diferentes grupos de cidadãos (empresários, trabalhadores, acadêmicos, indígenas, trabalhadores rurais) a somar esforços para construir um futuro comum”. Sendo assim, é preciso revalorizar o ser humano e entender que o problema não está na quantidade de pessoas que existe no planeta, mas sim, na distribuição das riquezas, das quais poucos têm muito e muitos não têm nada, e a educação ambiental poderá contribuir para problematizar estas questões nos processos educativos, em vários níveis e modalidades de ensino, e em todas as áreas do conhecimento, pois, “ser ecológico passa a significar estar em sintonia com os anseios da população” (LAYRARGUES, 1998, p. 31).

Para tanto, nos orientamos na Política Nacional do Meio Ambiente, Lei número 6.938, de 31 de Agosto de 1981, a qual tem por objetivo maior, “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida”. Tais objetivos nos fazem iniciar indagações a respeito da sociedade em que vivemos e dos meios de

produção a que estamos submetidos. Muito se fala em sustentabilidade, mas no geral, poucos ainda, sabem a real amplitude que tem o significado desta palavra, tão presente em nossos dias. Segundo Leff (2001, p.15): o conceito de sustentabilidade surge, [...] “do reconhecimento da função de suporte da natureza, condição e potencial do processo de produção”. Sendo este suporte, negado pela modernização que afetara o mundo ocorrendo, conforme Leff (2001, p.17): “o desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza”. Neste sentido o autor apresenta definições de outro tipo de ecologia, ou seja, a necessidade de ecologizar a economia para que juntas, se completem e não levem a destruição do mundo, fazendo com que seja possível a aplicação da correta sustentabilidade e seu desenvolvimento como ainda afirma Leff (2001, p. 19): “como um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras” o que também pode ser questionado conforme Layrargues (1998, p. 16) em sua indagação às empresas e sua ideologia: “se o setor empresarial estaria inserido em um processo de transição ideológica, assumindo verdadeiramente a sua responsabilidade para com a melhoria da qualidade” pois, pode-se ver o meio ambiente como uma oportunidade para um diferencial que faça as empresas a adquirirem maior competitividade no mercado em que atuam.

Em relação à legislação, de acordo com a Lei número 9.795 de 27 de Abril de 1999, entende-se por educação ambiental:

Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, tem-se que:

[...] a educação ambiental envolve o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído no qual as pessoas se integram. A Educação Ambiental avança na construção de uma cidadania responsável voltada para culturas de sustentabilidade socioambiental.

Porém, para que possamos ter a capacidade e serenidade para atuarmos como cidadãos responsáveis pelo meio ambiente, no qual estamos inseridos é fundamental que haja uma formação mais humana na educação, e, no caso da presente pesquisa, inclusive em cursos superiores, como o curso de Administração, pois, conforme afirma

Silva, (2012, p. 80):

é indiscutível o papel das instituições de ensino, destacando-se, além do caráter formativo para a emancipação e exercício da cidadania, o de agir como protagonista e articulador de debates que considerem os diversos aspectos da vida social e desenvolvam propostas capazes de melhorar as condições de vida das comunidades e assegurar os Direitos Humanos.

Para a referida autora os indivíduos deveriam participar mais nas tomadas de decisões em questões importantes que possam ter impacto na qualidade de vida e na sustentabilidade. Porém, isso só acontecerá se a questão da cidadania realmente for despertada no seu real sentido, ou seja, valorizando-se o “ser” e não o “ter”. Neste sentido, o artigo 43, inciso III das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental que versa sobre a Educação Superior estabelece:

Como finalidade dessa etapa “incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive”.

Para uma melhor compreensão, o autor discorre sobre as três macrotendências que constituem as opções da política ambiental sendo elas: a Conservacionista, a Pragmática e a Crítica, conforme quadro resumo, a seguir:

Quadro 1 - Principais Características das Macrotendências Ambientais

Macrotendências	Principais Características
Conservacionista	Faz parte da pauta verde; Pleiteia uma mudança cultural que relative o antropocentrismo em direção ao ecocentrismo, Valorização afetiva em relação à natureza, bem como, com o meio ambiente.
Pragmática	Faz parte da pauta marrom; Busca obter resultados; Tem como foco o consumo sustentável apoiando-se nas tecnologias limpas, na ecoeficiência empresarial; Mantém relação com o urbanismo e a administração, Preza pelas novas tecnologias e novos mercados, porém eficientes para garantir a sustentabilidade.
Crítica	Trata-se de uma tendência transformadora e emancipatória; Inclusão de uma filiação político-pedagógica por ter viés sociológico e introduzir conceitos como ação coletiva, cidadania, conflito, dentre outros; Surge do descontentamento em oposição ao poder dominante, Busca transformar a realidade.

Fonte: LAYRARGUES, 2012 (adaptado pela autora).

Neste contexto, faz-se necessário elaborar um mapeamento das macrotendências mostrando as várias perspectivas existentes nas vertentes da educação. Embasando-se nas discussões de Layrargues (2012), temos a macrotendência conservacionista; como sendo uma vertente empobrecedora com uma base positivista separando o homem da natureza, e, portanto, os homens aparecem ora como vítimas ou como, responsáveis por toda a crise ambiental que ocorre e padece sobre o mundo. Um ponto importante a ser destacado nesta macrotendência é o de que ela não consegue somar forças para uma luta com o objetivo de uma transformação social, pois não possui elementos necessários para um questionamento da sociedade como um todo, cabendo apenas, aceitar o formato vigente atual. Ela está mais presente na educação infantil no sentido de trabalhar laços afetivos com a natureza, tendo como frase memorável “conhecer para amar, amar para preservar”. (LAYRARGUES, p.409). Segundo Layrargues (1998, p. 25) “dessa forma, o setor empresarial, considerado desde então como o principal agente do desenvolvimento, foi acusado pela emergente comunidade ambientalista de ser o vilão da ecologia”.

A macrotendência pragmática busca ações para produzir, e tem-se, por exemplo: a tão famosa e discutida atualmente: reciclagem. Dispensa também, a reflexão priorizando apenas, a ação a fim de resolver de imediato à crise instalada no ambiente sem questionar o responsável por essa crise, repassando a responsabilidade da ação para toda a sociedade, fazendo com que esta tenha o dever de provocar mudanças. Essa macrotendência parte direto para a ação, procurando obter resultados para um mercado, ávido por um lucro incessante e individualista, combatendo o desperdício e enfatizando o lixo como um problema da sociedade o qual é ocasionado por um modelo de produção e consumo errôneos, pleiteando um Estado mínimo, ou seja, o Estado não tem nenhuma responsabilidade sobre a geração do lixo, mas sim, o cidadão que tem a obrigação de aprender a reciclar a fim de ser politicamente correto e minimizar a crise. Esta vertente, segundo o autor, está fortemente instituída na mídia, incluindo figuras importantes que fazem parte da sociedade, está presente também na escola como um todo, pois tem como lema principal e tão discutido atualmente “cada um faz a sua parte que o meio ambiente agradece”. Nesse sentido, os *slogans* da reciclagem passaram a ser fundamentais

para o modelo de produção que se organiza e atua conforme a obsolescência planejada, isto é, feito para não durar. (LAYRARGUES, 2012). Nesse sentido, verifica-se a questão do desenvolvimento sustentável afim de minimizar os problemas da atualidade, tendo o setor empresarial como o responsável por aplicar estratégias para que ocorra uma harmonia com o meio ambiente (LAYRARGUES, 1998).

A macrotendência crítica, enquadra o problema ambiental, conectando o cidadão ao Estado, pois, “apresenta uma abordagem pedagógica contextualizadora e problematizadora das contradições do modelo de desenvolvimento e dos mecanismos de acumulação do capital”. Essa vertente faz com que reflitamos sobre questões como opressão, autoritarismo, exploração e domínio. Procurando meios para formar uma sociedade mais justa e socioambientalmente coerente com todos que a compõem, proporcionando o caráter de ações transformadoras e emancipatórias. No entanto, ainda, esta vertente infelizmente encontra-se restrita no âmbito de algumas universidades e pós-graduações, cabendo aos pesquisadores atuais e futuros, fazer com que a mesma cresça e possa produzir novas reflexões, ações e resultados. (LAYRARGUES, p. 410).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para que a reflexão seja instaurada no âmbito escolar, inclusive de um curso superior de Administração de Empresas, é de extrema importância, considerar a formação continuada dos docentes e discentes, para que se possa de fato se almejar, um futuro mais justo. Portanto, a formação humana do futuro administrador deve ser levada em consideração, do contrário, algumas ações, que embora sejam bem-intencionadas, continuarão sendo irrelevantes.

Neste sentido, o ensino superior deve ser responsável por instaurar na formação docente, um espírito investigativo, pois deve levar os “investigadores a um autoquestionamento sereno, mas crítico, para ser construtivo em termos de futuro”, pois, “não podemos então deixar de questionar a adequação das políticas e das práticas educativas à nossa realidade, o papel dos diferentes atores, assim como não podemos deixar de questionar o próprio conceito de sucesso educativo”. (FERREIRA, BITTENCOURT, 2008, p. 17, 18). Deste modo, verifica-se a importância da ligação entre a formação do administrador com questões de cunho ambiental e humano, a fim

de formar indivíduos com capacidade de pensar criticamente, podendo atuar e contribuir no meio em que vivem. Sendo assim, pode-se verificar como são formadas as representações sociais, pois segundo Moscovici, (2013, p. 08):

Elas entram para o mundo comum e cotidiano em que nós habitamos e discutimos com nossos amigos e colegas e circulam na mídia que lemos e olhamos. Em síntese, as representações sustentadas pelas influências sociais da comunicação constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros.

Isso porque o conhecimento é produto de uma interação e está ligado a interesses e expressões tais como, satisfação, frustração, motivação dentre outros. (MOSCOVICI, 2013). Deste modo, as representações sociais também se referem a gestos e palavras que se tornam comum ao meio em que as pessoas vivem e podem surgir também por meio da insatisfação, por isso Moscovici (2013, p. 16) afirma que “os fenômenos das representações estão, por isso, ligados aos processos sociais implicados com diferenças na sociedade”. Essa afirmação vem de encontro ao que pretende ser discorrido na presente pesquisa, porque, diante de todas as diferenças e desigualdades sociais existentes, muitas delas originadas conforme explica Leff (2009, p. 27) devido ao “modo de produção fundado no consumo destrutivo da natureza que vai degradando o ordenamento ecológico do planeta Terra e minando suas próprias condições de sustentabilidade [...] desta maneira, o sistema capitalista rompeu a harmonia entre os sistemas naturais e as informações sociais”, assim, entender as representações sociais, é de extrema importância para poder compreender a formação humana e socioambiental, para que possamos transformá-la. No que diz respeito ao curso de Administração, um dos desafios que o docente tem é a construção de novos conhecimentos, que transformem as representações sociais dos discentes, e resignificando o seu papel como administrador ao longo do curso. (BORGES, MEDEIROS, CASADO, 2011). Diante de todas as informações que são oferecidas pela mídia, pela família, por colegas, o conhecimento que é passado pelos docentes torna-se apenas mais um dentre tantos que o discente recebe ao longo da vida, mas cabe ao docente construir com o futuro administrador, a consciência de que este deverá ocupar seu lugar no mundo exercendo a cidadania na prática, por meio de ações justas para um ambiente socioambientalmente responsável e adequado para a sobrevivência de todas as espécies. No cenário atual do curso de

administração, que, de acordo com dados do Conselho Federal de Administração, verifica-se que existem aproximadamente mais de 400 cursos de administração no Brasil, sem considerar os cursos incluindo as diversas habilitações existentes (MEC, SESU, 2005) sendo, portanto, de suma importância, formar indivíduos conscientes de seu papel em termos da necessidade da sociedade, pois, de acordo com o mesmo relatório apresentado, “no Brasil existem cerca de 7 milhões de empresas, sendo que 98% delas constituem-se em micro e pequenas empresas, que são as grandes empregadoras deste país, além do setor público”. Outro fato relevante constatado nas pesquisas constantes neste relatório é de que o curso de administração é um dos responsáveis pela democratização do acesso ao ensino superior, tendo em vista que mais de 500 mil estudantes procuram fazer o curso. O problema está em que essa procura pelo curso está na questão de uma inclusão e ascensão social devido ao amplo mercado de trabalho, ou seja, a uma maior chance de empregabilidade. Portanto, o curso de administração é necessário, mas deve:

Formar egressos que atuem não apenas como gerentes ou como funcionários em instituições e empresas, mas que sejam capazes, diante de oportunidades identificadas, de se destacarem como empreendedores, criando assim, novas unidades de negócio, gerando novos postos de trabalho e desenvolvimento da economia de forma a aprimorar a qualidade de vida e o bem-estar social dos cidadãos (MEC, SESU, 2005, p. 48).

E embasando-se nesta afirmação, é necessário não somente identificar, mas também, analisar as representações sociais dos docentes do curso de Administração em relação à formação humana e também, socioambiental para que possam contribuir para essa formação elencada acima.

REFERÊNCIAS

BORGES, Jacqueline Florindo, MEDEIROS, Cintia Rodrigues de Oliveira, CASADO, Tania. **Práticas de gestão e representações sociais do administrador**: algum problema?

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **A formação e a ideologia do administrador de empresas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto, BITTENCOURT, Agueda Bernadete (Orgs.). **Formação humana e gestão da educação**: A arte de pensar ameaçada. São Paulo: Cortez, 2008.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Para onde vai a educação ambiental?** O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda

política crítica contra-hegemônica. Revista Contemporânea de Educação, vol. 7, n. 14, agosto/dezembro de 2012.

LEFF, Henrique. Ecologia, **Capital e Cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. *Saber Ambiental*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Ministerial número 4.034, de 8 de dezembro de 2004**. Disponível em: <http://ww2.upe.br/portal/download/orgaos-da-universidade/cpa/legislacao/relatorio_4034.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. 10. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PILETTI, Claudino; PILETTI Nelson. **História da educação**: de Confúcio a Paulo Freire. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2013.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2014.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 21. Ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, Maria Cristina Borges. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**: Novas Diretrizes e Velhas Práticas? In: GARCIA, Joe, ROSA, Maria Arlete (Orgs.). *Desafios da educação ambiental*. Curitiba: UTP, 2012.